

NOTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ANTROPOLOGIA DAS ETNIAS INDÍGENAS

Edgard de Assis Carvalho*

No espaço restrito de uma Antropologia das Etnias, podemos afirmar que as interpretações historicistas mais próximas do marxismo foram desenvolvidas com maior vigor principalmente no México e se encontram praticamente ausentes nos estudos brasileiros, como se pode depreender não apenas do conjunto dos trabalhos publicados, mas dos esboços sobre a situação atual da Antropologia no Brasil. Só para se ter uma idéia da questão, no roteiro elaborado por Júlio Cezar Melatti, publicado no BIB, é mais uma vez reiterado que, até os anos 60, os conceitos de aculturação e mudança cultural ordenaram a maior parte da produção etnológica e que a hegemonia funcionalista foi total. Praticava-se participação observante e construíam-se estudos de comunidade que pretendiam estabelecer um diagnóstico geral da sociedade brasileira como Melatti (1984) enfatiza.

Se, em anos posteriores, projetos como o de “áreas de fricção inter-étnicas” propunham que as relações entre a sociedade nacional e o mundo indígena eram fundadas numa oposição binária que representava uma espécie de equivalente lógico do conceito de luta de classes, a faceta ideológica do contato começa a ganhar peso mais significativo com a entrada em cena dos conceitos de identidade étnica e etnicidade, muito em voga nos anos oitenta. A respeito do marxismo, o próprio Melatti é bastante breve, referido-se ao seu papel apenas enquanto “instrumental de interpretação”, reduzindo-o ao primado das relações econômicas e ao conceito de modo de produção, destacando como representante dessa “corrente” apenas três trabalhos sobre os Terena, Tenetehara e Nambiquara respectivamente.

Na direção mais historicista, trabalhos como os de Guillermo Bonfil, Margarita Nolasco, Stefano Varese, Miguel Bartolomé, apenas para citar alguns nomes, procuram ilustrar que a reflexão teórica praticada fora do Brasil não ignora o debate com o marxismo. Exemplo disso transparece nos números 97 e 103 da revista Mexicana de Ciências Sociais, que objetivam elaborar um pequeno panorama da questão (Barabas e Bartolomé, 1979 e Bartolomé, 1981). No 97, “As nacionalidades indígenas do México”, Bartolomé afirmará na apresentação que o problema indígena é uma falácia e que não é originário dos índios, mas das sociedades que os dominaram historicamente. Ainda que possa parecer repetitiva e trivial essa afirmação, pois Guillermo Bonfil pelos anos 70 já havia reiterado que o índio representava uma categoria colonial, pode-se afirmar que em toda a América Latina ainda existe, nos dias atuais, uma atitude de negação cultural das etnias, como objetivo de garantir ideologicamente o processo de expropriação compulsória de seus territórios e o uso de sua força de trabalho.

A discussão etnia/nacionalidade ocupa lugar central entre os oito artigos que compõem o volume, destacando-se a consideração de Bartolomé que a etnia constitui uma nacionalidade em si, enquanto a nacionalidade uma etnia pra si, portadora de uma unidade política coletiva. O que não se pretende aqui é estabelecer uma distinção evolutiva entre etnia e nacionalidade, mas apenas evidenciar que ambas são categorias sócio-históricas representativas de um mesmo processo dialético. Para o caso mexicano, por intermédio dos movimentos políticos e de rebeliões étnicas mais intensas, as etnias já iniciam seu caminho na direção das nacionalidades, afirmando-se por si próprias, deixando de lado as muletas da proteção estatal, lutando por uma autodeterminação plena.

Resta saber como se dará essa participação sócio-política, ou melhor, como as etnias se transformarão em conglomerados orgânicos vinculados ao conjunto das lutas populares por melhores condições de vida. Se é estratégico que se pense a participação, mesmo incluindo outros setores da sociedade, intelectuais inclusive, torna-se urgente que o Estado inclua em sua base organizatória as demandas oriundas desses setores que, sem dúvida, ganharão maior força pelo aumento da representação jurídica e parlamentar a ser definida pelas organizações indígenas e partidos políticos.

Diante disso, o desvendamento da ação do Estado, mesmo que já se saiba negativa, adquire prioridade inquestionável, para que se deixe de classificá-lo como uma espécie de Estado-providência, encarregado de garantir o exercício pleno dos direitos humanos em todos os níveis do tecido social, ou como um Estado-assistência, incumbido de assegurar o livre acesso social ao mercado de bens materiais e simbólicos, expressões usadas por Claude Lefort (1983) em “A invenção democrática”, para definir os mecanismos instituídos pelo próprio aparato do Estado com a finalidade de neutralizar a emergência/consolidação de conflitos sociais e garantir o consentimento dos dominados.

Se o caráter providencial e assistencial do Estado transparece em quantidade significativa das análises antropológicas, outras interpretações procuram destacar o lado repressivo e coercitivo que a ação indigenista perpetrou em toda a América Latina junto às etnias. Nessa direção, o trabalho de Laura Collin e Félix Báez-Jorge (1979), “A participação política e os grupos indígenas no México” aponta que a ação indigenista sempre se pautou pela aplicação modernizada da regra indireta que, como se sabe, implica numa tática de cooptação das chefias e lideranças indígenas no sentido de fazê-las entender que a “mudança cultural” é sempre benéfica para as “culturas em contato”. Apoiada numa visão essencialmente funcionalista do mundo, a regra indireta representou e representa nos dias atuais uma forma de intermediação para que a penetração colonial e neo-colonial sejam feitas por um esquema de “adaptação” das instituições nativas às civilizadas. Conseqüência disso é a manutenção da etnia como uma espécie de reserva cultural na qual o controle da participação é fundamental para que se garanta a transformação desejada (Collin e Báez-Jorge, op. cit.).

Programas de educação, projetos comunitários, promoções bilíngües, evangelizações de toda a ordem atuam mais como agentes de transmissão ideológica estranhos aos grupos étnicos, do que propriamente como alavancas de um processo que vise a construção de uma sociedade plurinacional emergente, que respeite a alteridade e deixe de entendê-la como depositária da virtude, do consenso e da irracionalidade depois de quatro séculos de dominação.

Se autores como Georges Balandier, Pablo Cazanova, Rodolfo Stavenhagen, Albert Memmi enfatizaram em diferentes momentos o caráter global da situação colonial e da violência repressiva que a manteve historicamente, qualquer tentativa descolonizadora implica também numa reordenação global da sociedade, sem o que a Antropologia continuará a afirmar que a perspectiva histórica dos grupos indígenas se fará à margem da sociedade de classes, para fazer referência a uma das mais polêmicas afirmações de Bonfil sobre o futuro histórico das etnias indígenas latino-americanas. Em outra direção se colocam os trabalhos de Stefano Varese, antropólogo peruano, sobre o caráter convergente das historicidades étnicas para uma transformação global da sociedade.

Para Varese (1979 e 1981), quer no plano macro como no micro-étnico, as conseqüências fundamentais que a expansão capitalista produziu foram a atomização territorial e sócio-cultural das etnias em segmentos isoladas e em “espaços de refúgio” que propiciam a despolitização e a tendência à proletarização. Se, em seu contexto anterior, “Estratégia étnica e estratégia de classe”, explicitava a necessidade de projetos revolucionários plurais e realçava a importância do capital lingüístico como uma das molas deflagradoras de revolta, em “Indianidade e projeto civilizatório na América Latina” a ênfase se desloca para o papel protagônico dos movimentos e organizações indígenas, no sentido de propor uma ação política unificada de todos os índios da América Latina para recuperar os espaços usurpados pelo capitalismo, o que permitirá a reconstrução de uma indianidade mais agressiva no plano econômico-social e mais subversiva no plano político-cultural, que leve sempre em conta as raízes das histórias étnicas singulares e da história comum dos colonizados e submetidos.

Em síntese, a discussão da relação etnia/nacionalidade recoloca para o antropólogo o significado da questão nacional, a começar pelo desvendamento semântico dos dois termos feito por William Petersen (1982) em “Conceitos de Etnicidade”. Étnico vem do grego *ethnikos*, forma adjetiva de *ethnos* que significa nação ou raça. Nação vem do latim *nascere*, que significa mesclar, nascimento. Se o uso do termo étnico ao menos na língua inglesa foi atribuído aos não cristãos e o termo nação aplicado ao conjunto do mundo bárbaro, não romano, o primeiro acabou por se consolidar como uma forma adjetiva de classificação, menos inclusivo que a nação, essa sim de caráter sempre

hegemônico. Embora não se estabeleça uma discussão semântica dos dois conceitos, no volume 103 da revista Mexicana de Ciências Sociais, "A questão étnica na América Latina", nos 12 textos que o compõem transparece a tensão entre a nação e as etnias como uma constante em toda a história da América Latina.

Deixando de lado os artigos conjunturais, os destaques ficam para Darcy Ribeiro, Victor Toledo, Hector Dias Polanco e Guilherme Bonfil. Ribeiro (1981) avalia o papel insurgente das rebeliões e guerras étnicas como possibilidades de construção de uma sociedade futura, mas a relação etnia/nação permanece colocada de modo simplificado pelo menos para os "povos-testemunhos" das Américas, esse significativo contingente de índios-camponeses oprimidos e explorados pelas sociedades nacionais. Fiel à controvérsia das revoluções tecnológicas e processos civilizatórios e a um neo-evolucionismo impregnado de funções classificatórias, suas colocações parecem indicar que a resolução das contradições etnia/nação só serão resolvidas na e com a construção institucional de um estado multinacional e multiétnico.

Uma direção pouca explorada na maioria das análises étnicas diz respeito às condições ecológicas. Na maioria delas, a ecologia é mais vista como uma forma adaptativa do que uma forma de apropriação de espécies naturais de fundamental importância para a dinâmica da produção material e das idealidades. A hipótese de Toledo (1981) explicita que as formas de produção não capitalistas (indígenas) têm na natureza, não apenas a fonte de sua produção/reprodução materiais, mas também de sua reprodução cultural, e é exatamente esse nível de determinação que as torna indesejáveis ao capitalismo. Assim, não é na cultura e nas representações que lhe dão suporte que reside a aversão dos dominadores, que até pregam e discutem a sua preservação, mas sim nas formas de apropriação material que acabam por excluir dos circuitos da produção e circulação capitalistas amplos espaços teoricamente pertencentes à nação.

Desse modo, o ecocídio e o etnocídio são as formas mais agressivas mediante as quais o avanço "civilizatório" procura neutralizar espaços produtivos, seja deslocando-os para outras regiões, no Brasil prática comum desde o Império, seja abrindo-os a

culturas agrícolas rentáveis ou simplesmente destruindo-lhes as condições gerais do ecossistema, fatos que por si só obrigam as etnias a se proletarizarem a fim de garantirem precariamente condições mínimas de vida.

Mas o maior desafio para o *metier* antropológico parece residir na análise dos textos marxistas sobre a questão nacional, das “notas etnológicas” de Marx e na possibilidade de incorporá-los criativamente para o esclarecimento da relação etnia/nação na América Latina. Essa é a recomendação metodológica de Polanco para a Antropologia Histórica que nesse ponto realizou apenas tímidas incursões pelos “clássicos”. No texto, há uma relação bibliográfica básica para a questão e algumas breves considerações sobre o tema. Retomando de Marx e Engels a idéia da homogeneização progressiva e da incorporação das minorias nacionais e étnicas a estados nacionais, Polanco (1981) reiterará que os “clássicos” nunca supuseram que a incorporação era um fato consumado e toda a discussão acerca da resistência do “modo de produção asiático” ilustra bem esse fato. É bem verdade que a idéia da conservação, via monumentos etnográficos representativos de estados ancestrais, pode conduzir a malentendidos, como ocorreu na crítica revisionista, mas pelo menos retira dos dois autores a rubrica de evolucionistas lineares que lhes foi insensatamente atribuída.

De qualquer modo, o dilema da explicação marxista acabou por se concentrar no papel que as nacionalidades teriam a desempenhar na construção do socialismo. Para os antropólogos, várias dificuldades se colocam e Polanco aponta três com as quais concordo: em primeiro, a transposição direta de conceitos forjados de outras realidades e condições histórico-culturais; em segundo, a sua aplicação pura e simples para as realidades étnicas e, finalmente, em seu entendimento com categorias redutoras e a-históricas, exatamente para aqueles que vêem a historicidade como o ponto de partida para qualquer análise sócio-cultural.

Em primeiro lugar, cabe a pergunta se as etnias latino-americanas atuais podem ser entendidas como nacionalidades e, em segundo, como se estabelece a relação etnia/classe. Entendê-las como duas ordens de realidade irreduzíveis implica em reconhecer nas etnias o reservatório das diferenças. Reduzi-las à fração da classe dominada

leva, ao contrário, a considerá-las como inertes do ponto de vista sócio-político, reduzindo suas potencialidades e colocando seu capital cultural num espaço arqueológico. Assim, irredutibilidade e reduções parecem não dar conta das realidades étnico-culturais, na medida em que deixam de lado as condições internas nas quais as etnias se movimentam. Polanco sugere que a etnicidade deve ser considerada como um fenômeno mais abrangente, uma dimensão das classes sociais em seu conjunto, que pode abarcar outras etnias-base sintonizadas com propostas coletivas convergentes. Seria, portanto, equivocado se supor a existência de um estudo específico para qualquer conjunto étnico-cultural desvinculado da análise das transformações históricas da sociedade mais ampla.

Acredito que uma análise consistente da questão nacional poderia fornecer à Antropologia uma visão mais coerente dos campos étnicos, deixando de mitificá-los ou mistificá-los como meras expressões da diversidade, percebendo que a presença de nacionalidades no interior de um Estado pretensamente multi-tudo implica em reconhecer, pelo menos no plano abstrato, que sua formação se encontra condicionada por linguagens identitárias capazes de imprimir conteúdos políticos às etnias-base, sintonizando-as para um projeto de auto-determinação contrário à opressão nacional e direcionado para uma reordenação globalizada do espaço-nação.

Para que esse amplo movimento seja viável, as etnias terão que restabelecer formas efetivas de gestão de seu patrimônio cultural negando, sempre que possível, qualquer modalidade de controle direto ou indireto que se exerça sobre elas, das práticas cotidianas e tutelares às expressões lingüísticas. Essas procedentes considerações tiradas de Bonfil, "em o próprio e o alheio", acabam por perder força pois sua avaliação da "questão étnica", se atem ao quadrilátero colonizador/colonizado - classe dominante/classe dominada, única possibilidade analítica para as sociedades de origem colonial, uma espécie de matriz que, embora constituída de dois binômios, compõem-se de variáveis irredutíveis no plano lógico e histórico. De certa forma, representa um retrocesso à manutenção da distinção cultura dominante/dominada para detectar o próprio e o alheio, se nos dias atuais o controle efetivo da produção étnico-cultural se encontra nas mãos do Estado e dos circuitos privados do capital, pelo menos no caso brasileiro (Batalla, 1981).

Embora se perceba da leitura da bibliografia uma certa indefinição no equacionamento teórico do problema étnico, as considerações abstratas desses autores procuram propor abordagens que transcendam as análises culturalistas que tanto contribuíram para o ocultamento da lógica da dominação. Para esse segmento do fazer antropológico, já identificado à Antropologia Histórica, os grupos indígenas atuais em sua totalidade são vistos como conjuntos refuncionalizados pelo sistema capitalista, contendo em si as próprias contradições do capital. Já considerados como uma fração do campesinato, qualquer tentativa de solucionar o problema da terra sem que os leve em conta revela-se utópica.

Esse é o ponto de vista defendido por Rodolfo Stavenhagen (1984), em suas considerações sobre o etno-desenvolvimento, publicadas no Anuário Antropológico/84. Pondera ele, com razão, que as políticas agrárias nunca consideraram as etnias, isso porque sempre se voltaram para a modernização do setor agrícola. Na verdade, o desenvolvimento econômico da nação jamais supôs que a mobilização indígena pudesse um dia vir a representar uma contrafração à sua estabilidade, pelo menos num tempo futuro.

Embora concorde com Stavenhagen que a maior parte da mobilização étnica se volte à garantia da posse e integridade territoriais e não para uma etnopolítica de alianças com outros setores subalternos, a formação de quadros étnicos que as representem no plano institucional representa o começo de uma nova era, mesmo levando-se em conta os problemas que esse “indigenismo de participação” possa vir a experimentar, se cooptado pelo Estado e mesmo pelos partidos políticos, incluindo aí os de esquerda. Acredito que a proposta de Stavenhagen caminha nessa direção, ao propor o conceito de etno-desenvolvimento, não no sentido de uma segregação cultural reforçadora das etnocracias, mas como um princípio que libere energias criativas capazes de negar a qualquer preço a violação dos direitos culturais coletivos e as formas históricas de opressão étnica.

O que se constata nas colocações da maioria dos autores é que a relação entre as especificidades étnicas e o contexto da luta de classes ainda não se encontra desvendado teoricamente em todas as suas dimensões. Ainda que se enfatize o papel moderno dos

movimentos indígenas e a construção das identidades políticas como pilares de uma luta social mais ampla, as interpretações teóricas acabam por desembocar em modelos de inteligibilidade que traduzem a relação incompleta entre a interpretação do antropólogo e os objetos-estudo, e que se concretizam através de textos construídos pelas lentes da racionalidade científica. Esse dilema trazido à tona por alguns segmentos da Antropologia contemporânea ganha significativa expressão na reflexão de Edwin Ardener (1985), “Antropologia e o declínio do modernismo” no qual a relação racionalidade/inteligibilidade é recolocada como um desafio epistemológico que traduz, de certa forma, a crise por que passam os paradigmas das ciências humanas.

Outros autores como Dan Sperber (1982) em “O saber dos antropólogos”, enfatizam que o *metier* antropológico, em todas as suas vertentes, forjou uma experiência de ideal metodológico que supôs a existência de um recorrente, fundado no mito de uma sociedade homogênea, na qual o antropólogo podia penetrar e, a partir daí, designar-se como uma espécie de porta-voz do povo que o acolheu.

As inquietações de Sperber dirigem-se primordialmente para o questionamento da relação entre o saber que os antropólogos retiram de sua experiência de campo e de como chegam a transmiti-la. Através de documentos e depoimentos de “informantes” especiais, agregados a intuições subjetivas registradas em preciosos diários de campo, edifica-se uma carta institucional que estabelece relações e conexões racionais inquestionáveis do ponto de vista do método científico. Com isso, forja-se um estilo de discurso no qual as informações em estado bruto não mais aparecem, porque já passaram pelo crivo da objetividade, assim como a especulação teórica se encontra geralmente reduzida ao mínimo. A essa regularidade no estilo agrega-se, na visão de Sperber, uma perseverança sem limites que o leitor deve percorrer para se informar acerca das alteridades e do conjunto de padrões sócio-culturais aparentemente estranhos que as conformam.

No caso específico das etnias, essa tensão interpretativa conduziu a três níveis de inteligibilidade básicos no interior dos quais se edifica a explicação da diversidade étnico-cultural: o indigenista neo-colonial que advoga a tese da integração étnica combinada com a

preservação dos traços culturais originais; o idealista romântico que, por não querer a integração ao sistema capitalista, propõe que a conservação cultural seja ancorada no conceito de identidade, uma forma de congelamento utópico dos remanescentes étnico-culturais; e, finalmente, o histórico-estrutural que, apoiado nos fundamentos do marxismo, explicita a impossibilidade dessa integração se realizar no capitalismo, mesmo com as sucessivas re-funcionalizações das dinâmicas étnicas ao capital, antecipando que a ativação das identidades étnico-culturais pode representar um avanço nas lutas políticas globais direcionadas para a construção de um Estado realmente pluriétnico e pluricultural.

Bibliografia

- ARDNER, E. "Social Anthropology and the decline of modernism".
In: OVERING, J. (ed.). **Reason and Morality**. London, Tavistock Publications, 1985. p. 47-70
- BARABAS, A. M. e BARTOLOMÉ, M. A. et. al. "Las nacionalidades indígenas en México". In: **Revista Mexicana de Ciências Políticas y Sociales**. 97 (jul-set), 1979.
- BARTOLOMÉ, M. A. et. al. "La cuestión étnica en America Latina".
In: **Revista Mexicana de Ciências Políticas y Sociales**. 103 (enero-marzo), 1981.
- BATALLA, G. B. "Lo propio y lo ajeno: una aproximación al problema del control cultural". In: **Revista Mexicana de Ciências Políticas y Sociales**. 103 (enero-marzo): 181-190, 1981.
- COLLIN, L. e BÁEZ-JORGE, F. "La participación política y los grupos étnicos en México". In: **Revista Mexicana de Ciências Políticas y Sociales**. 97 (jul-set): 41-82, 1979.
- LEFORT, C. **A Invenção Democrática: os limites do totalitarismo**. SP: Brasiliense, 1983.
- MELATTI, J.C. **A Antropologia no Brasil: um roteiro**. RJ: BIB, 1984.
- PETERSEN, W. et. al. **Concepts of ethnicity**. London, Belknap, 1982.

POLANCO, H. D. "Etnia, classe y custión nacional". In: **Revista Mexicana de Ciências Políticas y Sociales**. 103 (enero-marzo) : 99-118, 1981.

RIBEIRO, D. "Etnicidad, indianidad y campesinato". In: **Revista Mexicana de Ciências Políticas y Sociales**. 103 (enero-marzo): 15-32, 1981.

SPERBER, D. **Le savoir des anthropologues**. Paris, Hermann, 1982.

STAVENHAGEN, R. "Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista". In: **Anuário Antropológico**. RJ: Tempo Brasileiro, 1984. p.11-46

TOLEDO, V. M. "Ecologia y indianidad: dos frentes de resistêcia al desarrollo del capitalismo en México". In: **Revista Mexicana de Ciências Políticas y Sociales**. 103 (enero-marzo): 73-86, 1981.

VARESE, S. "Indianidad y proyeto civilizatório en latino américa". In: **Revista Mexicana de Ciências Políticas y Sociales**. 97 (jul-set): 161-176, 1979.

VARESE, S. "Estratégia étnica e estratégia de classe". In: JUNQUEIRA, C. e CARVALHO, E. A. (Orgs.) **Antropologia e Indigenismo na América Latina**. SP: Cortez, 1981. p. 119-12